

SUMÁRIO

MISSÃO E OBJETIVOS DA REVISTA DOS TRIBUNAIS.....	9
EDITORIAL	11
ERRATA.....	15
DOCTRINA	
DIREITO ADMINISTRATIVO	
Do Estado de Polícia ao Estado de Direito: a mudança das condições de exercício do poder de polícia <i>From Police State to Rule of Law State: the change of the police power exercise conditions</i> ANDRÉ FURTADO DE OLIVEIRA.....	29
Solução extrajudicial de conflitos na proteção do patrimônio público e da probidade administrativa <i>Out-of-court settlement official conflicts in the protection official public assets and administrative probity</i> CLÁUDIO SMIRNE DINIZ e EDUARDO CAMBI	49
DIREITO CIVIL	
Responsabilidade civil de escolas privadas nos casos de <i>bullying</i> <i>Civil liability of private schools in the cases of bullying</i> RICARDO BISPO RAZABONI JUNIOR, ALENCAR FREDERICO MARGRAF e TEÓFILO MARCELO DE ARÊA LEÃO JÚNIOR.....	73
DIREITO COMPARADO	
Os modelos de Tribunal do Júri no direito brasileiro e comparado <i>The models of the Jury's Court in Brazilian and comparative law</i> IONILTON PEREIRA DO VALE	97
DIREITO CONSTITUCIONAL	
A liberdade de expressão como direito difuso na sociedade da informação <i>Freedom of expression as diffused law in the information society</i> EMERSON PENHA MALHEIRO e GUILHERME FERREIRA ROSSETTO.....	133

<p>A imunidade parlamentar e o Supremo Tribunal Federal: do protecionismo à racionalidade</p> <p><i>The parliamentary immunity and the Brazilian Supreme Federal Court: from protectionism to rationality</i></p> <p>NAPOLEÃO GUIMARÃES NETO e DÁFINI DE ARAÚJO PERÁCIO MONTEIRO</p>	149
DIREITO DE TRÂNSITO	
<p>Como alcançar o trânsito seguro: por meio de novas leis ou de um novo paradigma?</p> <p><i>How to achieve road safety: by means of new laws or a new paradigm?</i></p> <p>CÁSSIO MATTOS HONORATO.....</p>	165
DIREITO DIGITAL	
<p>GDPR – General Data Protection Regulation: destaques da Regra Europeia e seus reflexos no Brasil</p> <p><i>GDPR – General Data Protection Regulation: highlights of European Law and its reflections in Brazil</i></p> <p>RENATO M. S. OPICE BLUM.....</p>	205
DIREITO DO CONSUMIDOR	
<p>Os desafios do direito do consumidor e da regulação na <i>sharing economy</i></p> <p><i>The challenges of consumer law and regulation in the sharing economy</i></p> <p>MARCELO BARROS FALCÃO DA PAIXÃO</p>	225
<p>Aspectos virtuais e jurídicos decorrentes do uso de cartão de crédito nas compras feitas pela internet</p> <p><i>Virtual and legal aspects resulting from the use of credit cards for online purchases</i></p> <p>FLÁVIA DE CARVALHO SILVA e MARIA ANTONIETA LYNCH DE MORAES.....</p>	245
DIREITO DO TRABALHO	
<p>A terceirização como ferramenta de flexibilização dos direitos fundamentais do trabalhador</p> <p><i>Outsourcing as a tool to flexibilize the worker's fundamental rights</i></p> <p>ALEXSANDRA AMORIM DE OLIVEIRA e CLÁUDIA MARA DE ALMEIDA RABELO VIEGAS</p>	275
DIREITO EDUCACIONAL	
<p>O município e a educação superior: política pública municipal ou usurpação de competência?</p> <p><i>The municipality and higher education: municipal public policy or usurpation of competence?</i></p> <p>RODRIGO SANTOS NEVES.....</p>	311

DIREITO ELEITORAL

- Eleições suplementares: reflexões sobre os recentes precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral
Supplementary elections: reflections on the recent precedents of the Brazilian Supreme Federal Court and Electoral Superior Court
 ÂNGELO SOARES CASTILHOS e RAFAEL MAFFINI..... 335
- Reforma do sistema eleitoral brasileiro: candidaturas avulsas, voto flexível no tempo e voto obrigatório
Reform of the Brazilian electoral system: independent candidates, flexible voting in time and compulsory voting
 VÍCTOR ROBERTO CORRÊA DE SOUZA 363
- Inclusão e direitos políticos: transexuais e travestis e o direito eleitoral brasileiro
Inclusion and political rights: transsexuals and transvestites and the Brazilian electoral law
 ANA CLAUDIA SANTANO e KAMILE MOREIRA CASTRO..... 385

DIREITO EMPRESARIAL

- O atual panorama da desconsideração da personalidade jurídica nas relações privadas (empresariais, consumeristas e trabalhistas) no direito brasileiro
The current overview about disregard of legal entity in private relations (business, consumer and labor) in Brazilian law
 ANDRÉ BORGES DE CARVALHO BARROS 411

DIREITO PENAL

- Reflexões iniciais acerca do crime de corrupção e a necessidade de haver o ato de ofício
Initial reflections on the crime of corruption and a need for the act of office
 MARCELO TURBAY FREIRIA e THIAGO TURBAY FREIRIA..... 439
- Revisão do conceito de assédio sexual praticado contra mulheres no Brasil
Review of the concept of sexual harassment practiced against women in Brazil
 MARYNNA LAÍS QUIRINO PEREIRA, ANDRÉIA DA SILVA COSTA e ANTONIO JORGE PEREIRA JÚNIOR..... 449

DIREITO PROCESSUAL

- O juiz legislador: o ativismo judicial como mecanismo de controle da decisão
The Legislator Judge: judicial activism as a mechanism to control the decision
 ALINE PIRES DE SOUZA MACHADO DE CASTILHOS e ROBERTA EGGERT POLL..... 483
- Tutela provisória e razoável duração processual: aspectos relevantes
Provisional protection and the reasonable duration of the process: important aspects
 JEAN CARLOS PIMENTEL DOS SANTOS..... 501

DIREITO TRIBUTÁRIO

A relação entre *blockchain* e obrigações acessórias. Os desafios da simplificação tributária no Brasil

The relationship between blockchain and accessory obligations. The challenges of simplifying tax collection in Brazil

LUIZ GUSTAVO A.S. BICHARA e RAFAELA MONTEIRO MONTENEGRO..... 527

A responsabilidade tributária prevista pelo artigo 135 do Código Tributário Nacional: natureza jurídica e consequências práticas

The tax liability contemplated in article 135 of the National Tax Code: legal nature and practical consequences

ADRIANO RODRIGUES DE MOURA, CAIO DO ROSARIO NICOLINO e ROBERTO QUIROGA MOSQUERA..... 543

PARECER

Impossibilidade de adoção de integração analógica para imposição do ISS de serviços não constantes da lista de serviços – produção audiovisual em todas as suas vertentes –, por vedação presidencial (Parecer)

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS e MARILENE TALARICO MARTINS RODRIGUES..... 571

ENSAIO – O DIREITO E A INTERDISCIPLINARIDADE

Quando o direito aprende com a bioética a ser interdisciplinar

When the right learns with bioethics to be interdisciplinary

BERNARDO MONTALVÃO VARJÃO DE AZEVEDO..... 607

ENTREVISTA

Entrevista com Christiano Xavier, Bruno Feigelson e Alexandre Zavaglia Coelho

Entrevista por: ANDRÉ FURTADO DE OLIVEIRA e KAROLINA DE ALBUQUERQUE ARAÚJO..... 657

ESPECIAL – RUMO À RT 1000

Apresentação

Partidos políticos e sistemas eleitorais

ALBERTO DE LIMA VIEIRA 675

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

- DIREITOS POLÍTICOS – Inelegibilidade – Aplicação retroativa do novo prazo da Lei da Ficha Limpa – Inadmissibilidade – Hipótese de cumprimento integral do lapso temporal imposto por decisão judicial transitada em julgado – Instituto, ademais, que

tem natureza sancionatória, sujeitando-se a irretroatividade da norma sob pena de violação aos preceitos constitucionais do ato jurídico perfeito e da segurança jurídica.

Comentário por MARCELO RAMOS PEREGRINO FERREIRA e ORIDES MEZZARоба:
Comentários ao voto do Min. Celso de Mello no RE 929.670..... 697

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- PROVA – Juntada de documentos novos na fase recursal – Admissibilidade, desde que não sejam indispensáveis à propositura da ação, inexista má-fé e seja observado o contraditório – Hipótese, ademais, em que foi permitida a ampla discussão e não corresponde a fato superveniente pendente de apreciação judicial.
Comentário por FABIO CALDAS DE ARAÚJO: Recurso Especial 1.721.700..... 743

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

- AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Pretensão de realização de cirurgia de laqueadura compulsória em dependente química – Inadmissibilidade – Mulher que, em pleno gozo de sua capacidade civil, opõe-se à realização do ato cirúrgico – Procedimento médico invasivo, ademais, que, por lesar a integridade física de forma irreversível, é limitado até mesmo para sua realização voluntária.
Comentário por SAMANTHA KHOURY CREPALDI DUFNER 761

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- COMPETÊNCIA – Execução de título extrajudicial no âmbito do Tribunal de Contas da União, em virtude de convênio com uma autarquia federal – Competência originária da Suprema Corte – Inadmissibilidade – Causa de evidente natureza patrimonial que não apresenta risco de ruptura do pacto federativo – Julgamento afeto à Justiça Federal..... 805
- RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – Indenização – Contaminação de paciente hemofílico durante o tratamento em rede pública de saúde – Reexame das provas dos autos que é inadmissível em sede de recurso extraordinário – Incidência da Súmula 279 do STF 807
- PROVAS ILÍCITAS – Inquérito policial – Nulidade – Inocorrência – Aplicação do princípio do *pas de nullité sans grief* – Não houve demonstração de prejuízo concreto pela parte suscitante – Impossibilidade, ademais, de reexame das provas juntadas – Incidência da Súmula 279 do STF 809

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA – Inadmissibilidade – Crime de dano contra o meio ambiente praticado por conselheiro de Tribunal de Contas – Demonstrado indícios suficientes de autoria, prova da materialidade e nexos causal entre a conduta apontada e o tipo penal imputado – Assinatura de TAC, ademais, que não impede a instauração da ação penal – Recebimento da denúncia que se impõe 813
- INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA – Nulidade – Inocorrência – Hipótese de cumprimento integral dos requisitos legais e com motivação idônea – Procedimento, ademais, que pode perdurar pelo tempo necessário ao deslinde da investigação, mediante decisão fundamentada 816
- *HABEAS CORPUS* – Nulidade absoluta do processo – Inocorrência – Tráfico de drogas e porte de arma de fogo de uso restrito – Prisão em flagrante realizada com violação de domicílio – Ação policial justificada por fundadas razões – Prisão em flagrante e apreensões, ademais, que fundamentam a aplicação da pena – Ordem denegada 819
- TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL – Caracterização – Contrato eletrônico de mútuo – Regularidade formal de documento determinada pela assinatura digital validada por autoridade certificadora – Interpretação restritiva do rol legal em consonância com a realidade negocial vigente, ademais, que possibilita o reconhecimento da executividade do documento 822
- IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Ocorrência – Recebimento de vantagem indevida por Oficial de Justiça paga por escritório de advocacia – Existência de dolo genérico que caracteriza a conduta como ímproba – Inviabilidade, ademais, de revisão das sanções aplicadas por incidência da Súmula 7 do STJ 825

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

- CRIME IMPOSSÍVEL – Ocorrência – Corrupção ativa eleitoral – Eleitor que, mediante paga de adversários políticos, solicitou vantagem ilícita a candidato e efetuou gravação ambiental – Hipótese semelhante ao flagrante preparado – Conduta que não colocou em risco o bem jurídico protegido por absoluta impropriedade do objeto – Absolvição que se impõe 829

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

- MILITAR – Reabilitação criminal – Admissibilidade – Praça que, ao preencher os requisitos legais, faz jus a concessão do benefício – Manutenção da decisão declaratória de reabilitação que se impõe 835

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

- DIREITO À IMAGEM – Retirada de foto de advogado do site da OAB – Admissibilidade – Publicação que exige a devida autorização – Não configurada, entretanto, violação à intimidade tendo em vista o relevante interesse público..... 839

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS

- DANO MORAL – Prestação de serviço público – Emissão de CNH somente 7 meses após pedido de renovação – Atraso injustificado na entrega do documento que caracteriza a má prestação do serviço e supera a barreira do mero dissabor – Verbas devidas..... 843

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

- IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Inocorrência – Contratação direta de exames laboratoriais para o mês de Janeiro – Posterior abertura de licitação para os demais meses – Conduta que caracteriza fracionamento indevido do objeto mas não configura ato ímprobo – Reforma da sentença que se impõe..... 849

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

- COMPETÊNCIA – Tráfico de entorpecentes – Extinção do juízo que presidiu a instrução criminal – Determinada a redistribuição processual que não fere o princípio da identidade física do juiz – Julgamento afeto ao juízo suscitado 853

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO

- SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – Realização de cirurgia ocular emergencial – Admissibilidade – Urgência e plausibilidade do direito demonstrados pelo deslocamento de retina e perda da visão atestados por médico do SUS – Reforma da decisão denegatória que se impõe..... 857

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

- CRIME CONTRA O MEIO AMBIENTE – Descaracterização – Comércio ilegal de madeira – Apreensão realizada com base em boletim de ocorrência ambiental – Definição da espécie apreendida que torna indispensável a perícia técnica para configuração do delito – Materialidade do delito não evidenciada – Absolução que se impõe por ausência de provas 861

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

- **COMPETÊNCIA** – Crime de desobediência – Pena máxima em abstrato inferior a dois anos – Ausência de complexidade probatória e diligência compatíveis com o rito previsto na Lei 9.099/95 – Julgamento afeto ao Juizado Especial Suscitado..... 865

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO 867

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORA INÉDITA 877